

## LINGUAGENS

revista eletrônica

artigo publicado em novembro/2005

# CIDADE NUA

## ***Euler Sandeville Jr.***

Arquiteto e Urbanista (PUC.Camp, 1981), Arte-Educador (FEBASP, 1983), Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU.USP, 1994, 1999), Pós-Graduação em Ecologia (USJT, 1996)

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação da FAU.USP, Coordenador do Laboratório Gestão e Projeto do Espaço  
site: <http://www.ambiente.arq.br>



No “*dia do nada*” (outubro de 2005, <http://nothingday.blogspot.com/> ) um grupo de artistas realizou uma manifestação na praça Rocha Pombo em Londrina. O trabalho proposto por Rubens Pillegi chamava-se ROUPA SEM CORPO/CORPO SEM ROUPA. Tratava-se de uma instalação de roupas gessadas que ficavam no caminho das pessoas que cruzavam a praça. A intenção do artista era uma crítica a “*essas roupas que andam sem corpo na vida*” e o gesso nas estátuas “*era uma referência à história da arte*”. As pessoas foram convidadas a tirar a roupa para fazer uma contraposição àquelas roupas, “*como algo vivo e contrário ao engessamento estético*”. Segundo Pillegi: “*a polícia não entendeu desse jeito. Além de*

*reprimir o evento com fuzis e cassetes e ameaças, mandou eu e mais dois para a cadeia. ficamos detidos 6 horas lá dentro, em uma cela comum. e isso gerou um processo do Ministério Público contra nós, por desacato à autoridade, ato obsceno e atentado ao pudor".* O desacato veio do fato que Rubens, já vestido, tornou a despir-se na frente do policial, em solidariedade ao colega que ia preso. Levados perante o juiz, dois aceitaram pagar a multa pela contravenção, mas Rubens, entendendo que era uma legítima manifestação artística, não quis pagar a multa, sendo marcada uma audiência para o dia 04 de novembro.



Dia do Nada, performance na Praça Rocha Pombo em Londrina, outubro de 2005, fotos cedidas por Rubens Pillegi

O fato obviamente circulou, e mais do que um debate suscitou manifestações de apoio a Rubens e indignação perante o ocorrido, circulando pela Internet uma verdadeira galeria de intervenções em que o nu e o corpo despidos são temáticas centrais, desde os anos 60 até ações mais recentes.

A questão jurídica se coloca mais ou menos como segue: parece que a partir da autuação por ato obsceno e desacato, que é mais grave, a lei manda que apresente diretamente ao juiz, sem detenção. Trata-se inicialmente de uma contravenção, não de crime. O processo se encerraria com o pagamento da multa, mas com a renúncia do Rubens, é marcada uma audiência que ainda permite a suspensão do processo. A partir da autuação o juiz não teria escolha senão dar andamento ao caso, conforme o que dispõe a lei 9099/95, mas parece que o promotor pode entender como manifestação artística e arquivar uma vez esclarecida a acusação de desacato, pois não houve intenção de qualquer confronto com o policial, mas de continuidade do ato artístico e de solidariedade ao companheiro. Não ocorrendo isso, na seqüência o juiz ouve o guarda e testemunhas. Em nenhuma hipótese gerará prisão, mas o sistema de apelações é caro e demorado, além de deixar de ser réu primário e implicar em custos e aborrecimentos, o que recomenda a todas as partes o encerramento do processo ainda possível nessa fase.

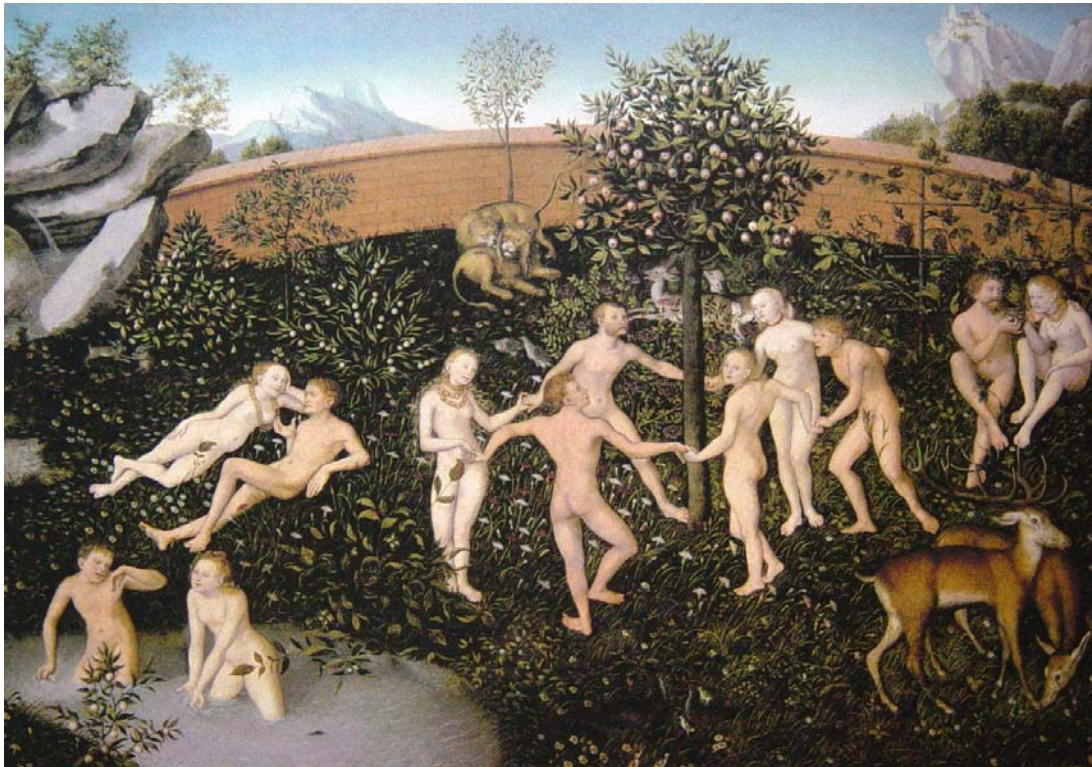
A questão jurídica pode se resolver por aí, mas fica a necessidade de uma discussão mais ampla do que seja o nu em nossa sociedade. Acho que é mais do que isso, o que seja o espaço público e o que seja essa sociedade. A primeira coisa que ocorre a todos é a quantidade enorme de nus que permeiam o que é considerado o patrimônio artístico das "sociedades" ocidentais, ao qual se atribui, além de um valor cultural inestimável, um valor financeiro que organiza *marchands* pelo mundo inteiro à busca desses verdadeiros tesouros

artísticos, organizados em coleções particulares e em instituições criadas para esse fim, ou seja, os museus.

A mim interessa discutir a questão cultural e dos valores em que isso se dá. Já temos aí uma enorme contribuição do episódio, ultrapassando a circunstância da praça em que ocorreu. O que vejo em questão não é a defesa do nu na arte. Essa discussão já está superada. A arte dita pré-histórica está cheia de cenas de relação sexuais, além de caçadas e lutas, tombadas no Brasil como patrimônio histórico, isto é, como cultura. Várias estatuetas em todos os livros de história da arte são admiradas como arte e como cultura, associadas a ritos de fecundidade; realmente algumas são bastante pródigas, nos museus do mundo todo. Os romanos, que nunca foram um exemplo de comportamento pudico, mantinham por todos os lados, inclusive espaços públicos, como também nós temos, estátuas de nus femininos e masculinos. Não seria o David, de Michelangelo, um bom exemplo do nu no espaço público?



Escultura na Vila Adriana: quem ousaria vesti-la hoje em dia?



Cranach o Velho, 1530, nos deixou uma cena tocante da idade dourada que imaginaram existir e que se aproxima de várias noções de paraíso. Com que prazer aproveitavam a pureza que a obra transmite tão bem, ou com que pureza aproveitavam o prazer.

O papa Paulo IV (1555-1559) nos dá um bom exemplo, aqui no sentido do juízo social sobre o nu na arte. Talvez numa reação aos excessos da Igreja Católica nos decênios precedentes, postos ainda em relevo pelos protestantes (Lutero foi excomungado em 1520, em 1536 houve o Concílio de Trento, em 1443 Copérnico publicou *De Revolutionibus* que já circulava desde 1530, e por um conjunto enorme de mudanças sociais). Paulo IV freqüentemente é lembrado por ter mandado cobrir a nudez de várias figuras do Juízo Final de Michelangelo e dispensado os artistas casados dos serviços no Vaticano, como o músico Palestrina. Se teve outros méritos, nisso é visto com desaprovação e espanto geral. Michelangelo havia começado a pintar a Capela Sistina em 1508, a serviço do papa Julio II (1503-1513). Retomou uma nova série de trabalhos na Capela Sistina sob o papa Paulo III (1534-50), entre outros importantes trabalhos para os quais foi comissionado, tendo pintado o Juízo Universal (391 figuras, entre as quais modestamente inclui a si mesmo e a Dante). Paulo III era ninguém menos que Alexandre Farnese, cuja bela irmã, Julia Farnese, havia sido amante do papa Alexandre VI (Bórgia). Segundo algumas línguas, possivelmente mal intencionadas, o papa Bórgia, pelos serviços prestados, teria nomeado Alexandre Farnese cardeal, aos 19 anos, tendo depois se tornado o papa acima mencionado.



TICIANO, papa Paulo III e sobrinhos Alexandre e Otavio Farnese, 1546

Mas também houve pinturas obscenas, como a que Ticiano fez do mesmo papa Paulo III e seus sobrinhos. A história da família Farnese, e como chega ao papado é muito cândida, como vimos. Foram imortalizados por vários artistas, quase sempre bem vestidos. O próprio Alexandre VI, Bórgia, foi um grande mecenas. O Apartamento Bórgia (1492-95), realizado nas 6 salas construídas por Nicolau V (1449-55), tornam-se residência de Alexandre VI, com decoração de Pinturicchio e depois por discípulos de Rafael.

Portanto, não foi muito depois disso tudo que Paulo IV mandou cobrir a nudez do Juízo Final de Michelangelo. Ao que parece, Paulo IV estava profundamente empenhado numa moralização do papado, tanto assim que instituiu em 1557 um Índice de Livros Proibidos, no qual foi incluído o Decameron, de Boccaccio, que também poderia ser mencionado num artigo como este. Ainda que o papa estivesse agindo num local que considerava sagrado, sua atitude perante o que é considerado como um patrimônio cultural da humanidade fizeram com que suas ações viessem a ser condenadas pela posteridade. Portanto, a questão do nu na arte é, em muitos sentidos, superada.

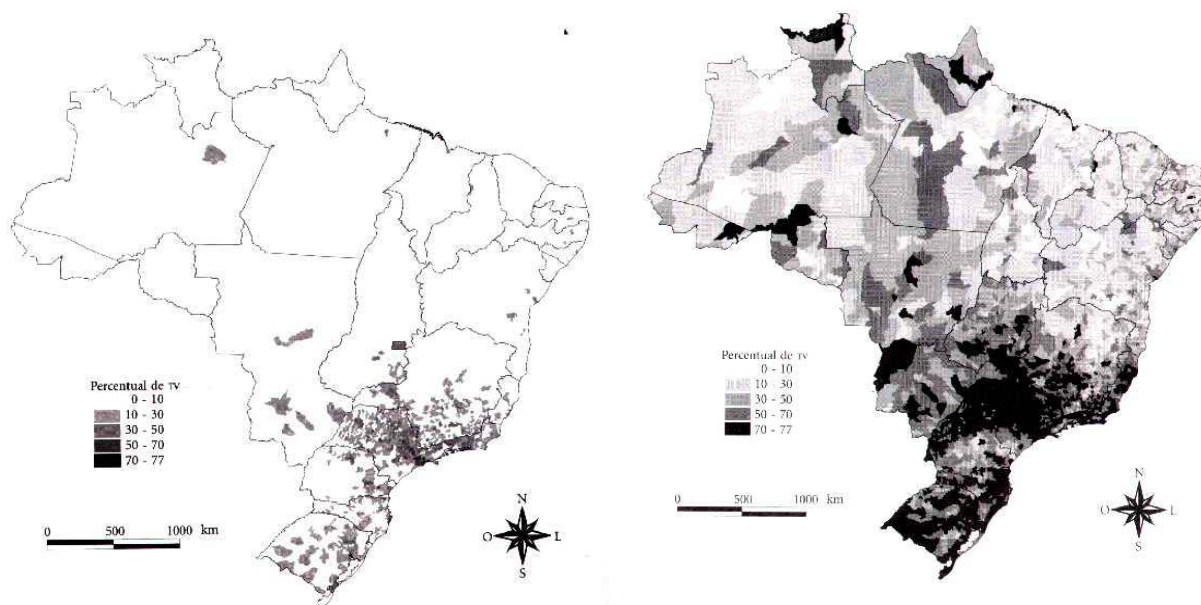


Certa vez o rei Henrique II, acompanhado da Catarina de Médicis, sua rainha, visitou Rouen, em 1550. Na época, consideraram o espetáculo da entrada triunfal um "*agradável e magnífico espetáculo*". Nas ilhas ao lado, alguns índios tupinambás lembravam a possessão do rei por estas terras. Era um quadro vivo no espaço público, segundo Ana Belluzzo. Como faltassem índios, foram completados com alguns marinheiros, com a pele queimada pelo sol, todos, claro, nus como seria de se esperar. Presentearam o rei com uma iluminura, na qual foi registrada a cena dessa entrada na cidade. Visões do Brasil, de certa forma, veio a interpretar a nossa cultura erudita desde os românticos e modernos.



Bronzino (seguidor de Michelangelo e pintor da corte dos Medicis, século 16) não deixou por menos a amizade entre Vênus e Cupido entre o Tempo e a Loucura (det.).

Mas vivemos outros tempos, portanto, outras questões. Em 1990 a novela *Pantanal da Manchete*, ecológica!!!- quem diria -, mostrava lindas paisagens e cenas de nudez em todas as casas familiares. O que houve, indignação? Segundo as revistas essa novela ameaçou a hegemonia da Globo, tamanho o sucesso que fez. Aliás, o que suporta as novelas é, em certa medida, o apelo constante do corpo. A nudez não está no espaço público nesse caso, mas dentro dos lares, porém não é aquela nudez a portas fechadas das crianças, e sim uma que se oferece nas salas de jantar a todas as idades. É uma nudez em movimento, com erotismo, intercalada de comerciais, capaz de moldar valores e comportamentos, isto é, que é hoje parte da educação de quase todos os brasileiros. Não dá mais para representar a nudez como Cranach, pois ela não representa mais paraísos, nem idéias, mas objetos que recobrem os desejos: cigarros, lingerie, automóveis, e os modelos de beleza que a veiculam, todos os dias em todos os horários nas novelas, comerciais, cinemas, *outdoors*, oferecendo tudo passível de ser comprado a todos, de crianças a adultos, de intelectuais a magistrados, de políticos a operários, de bandidos a policiais, para não fazer nenhuma associação mais complicada.



Porcentagem de domicílios com televisão por municípios, Brasil, 1970 e 1991 (Esther Hamburger in NOVAES, Fernando (org). *História da vida privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pg. 450).

Pensei em mostrar uma foto de piscina do clube Pinheiros (aquele da Faria Lima, SP), mas dá medo de ser vista como pornografia. Carnaval? É oficial, com sambódromo e tudo. O que essas duas últimas coisas têm em comum? O cercadinho. Também não se trata de comungar o mito da sensualidade nativa e tropical do brasileiros, que percorreu todo o século 20. Tal construção de identidade não corresponde senão a uma faceta de nossa vida social, de resto bem mais diversa e complexa do que dizer que alguém é norte-americano porque come *hamburger* e *hot dog*, e que somos brasileiros porque temos o carnaval.



*John Lennon & Yoko Ono: Two Virgins* ([http://www.miyamasaoka.com/interdisciplinary/writing/sfbg\\_yoko\\_ono.html](http://www.miyamasaoka.com/interdisciplinary/writing/sfbg_yoko_ono.html))

Os exemplos são tantos, e não estão apenas na arte, mas no nosso cotidiano, muitas vezes banalizando tudo, as emoções mais bonitas são vistas como desejo (separando essas coisas), e o desejo como fantasia de consumo. Assim, resta se assustar, pois estamos tão divorciados de tudo, ao mesmo tempo em que nos relacionamos sem qualquer reflexão ou crise com essas coisas, quando representam uma fantasia de consumo. É o caso de se perguntar por que o convite ao nu desses *performers* em Londrina incomodou tanto. Talvez faltasse um curador, como teve o nu fotografado no Ibirapuera por Spencer Tunick na Bienal de 2002, e que foi primeira página de jornais como a Folha de São Paulo, que se exhibe à venda em todas as bancas de jornal e arremessada para dentro de muitas residências pela manhã. Talvez faltasse estar vendendo algo, ainda que fosse arte o que se vendesse. Seguramente, no mundo atual, fica difícil pensar que essa objeção se trate de uma convicção social, de princípios, pois está muito difícil - e incômodo - entender quais sejam esses princípios que nos governam.



Spencer Tunick, Chinatown, LA (First Sunrise) 2000, [http://www.i-0.com/artist.php?artist\\_id=19&page=images&work\\_id=189](http://www.i-0.com/artist.php?artist_id=19&page=images&work_id=189)

O artigo de Rubens Pillegi, publicado na FOLHA DE LONDRINA, na seção coluna Alfabeto Visual, e que com sua concordância publicamos nesta edição de LINGUAGENS, trata da questão do nu na arte. Sua intenção foi, portanto, claramente, uma discussão da sociedade. Apesar dos eventos decorrentes da ação na praça ultrapassarem o previsto, colocou para mim em questão várias coisas importantes nesse momento e algumas nada fáceis de pensar, para além da questão da arte. Por exemplo, da liberdade individual e de expressão e dos limites dessa expressão, bem como da ação social sobre as divergências, os tabus e consensos, os lugares comuns e o respeito dos diversos lugares, e tantas coisas para o que Hannah Arendt será pouco. A questão da arte é, assim, a mais fácil de resolver aqui. A discussão, a meu ver, desloca-se para além do modo como a sociedade lida com isso, considerando por vez cultura, por vez estímulo ao consumo, por vez lazer, mas de modo algum estranha ao nu.

Quando as coisas começam a entrar por esta dimensão que ultrapassa o nu, então temos uma discussão realmente interessante e relevante, difícil. O que temos que pensar, está muito além da questão do nu e dos estereótipos que penetram a discussão do espaço público, do que é público e dos valores de uma sociedade incapaz de precisá-los, dos valores de uma sociedade globalizada que se constrói em grande medida a partir de um culto ao corpo. No mínimo, Rubens já contribuiu, para além da sua performance, com um enorme incômodo pessoal acredito, para uma discussão importante e que seguramente não será homogênea (nem teria que ser), e deve ser aprofundada.

Os artigos publicados em LINGUAGENS não refletem opinião ou concordância da equipe editorial da revista, sendo o conteúdo e a veracidade dos artigos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

Os autores ao submeterem os artigos a LINGUAGENS consentem no direito de uso e publicação dos mesmos por meios eletrônicos e outros (eventualmente em parcerias com terceiros), com finalidades acadêmicas, culturais e artísticas, de debate e divulgação de informação. Ou seja, os artigos publicados passam a fazer parte do acervo de LINGUAGENS.